

A homogeneidade dos quatro livros de Cornélio Penna esbarra sempre na constatação de que a verdade da origem, sem o apelo mítico, não tem como ser narrada sem a realização da morte em alguma parte da história. O problema, e a contradição dos romances, é que o fim também não foge dessa mesma formulação, visto que só é realizado com a morte dos entes. Não há felicidade presumível no horizonte das criaturas, motivo pelo qual sua redenção seria impossibilitada.

O leitor de Penna logo percebe que todo início e fim dos livros está fadado à mesma condição emudecida, demonstrada pela circularidade sem redenção, como se todos estivessem presos àquela repetição melancólica. A escrita reticente pode ser lida como a tensão entre o pensar e o impensar, o falar e o calar, que impedem a revelação da verdade sobre a história. A morte do indivíduo é o retrato mais verdadeiro da comunidade, sendo que, à luz dos emudecidos, a tradução pode ser lida tanto como fuga do problema representado pelo passado quanto como solução narrativa encontrada para garantir a verossimilhança da história, se confrontada com a versão “oficial”.

Este ensaio apresentado como, comunicação oral, é oriundo do projeto de pesquisa desenvolvido durante o doutorado sobre as “vidas matáveis em Cornélio Penna”. Sobre este autor, costumo afirmar que tudo morre em sua obra, menos a narrativa. Assim sendo, intrigava-me o seguinte questionamento: Até que ponto a morte nas narrativas de Cornélio Penna metaforiza o impensado da colonização?

Cornélio Penna nasceu em Petrópolis, em 1896, e faleceu em 1958, no Rio de Janeiro. Publicou 4 livros: *Fronteira* (1935), *Dois romances de Nico Horta* (1939), *Repouso* (1948) e *A menina morta* (1954), sendo este último o mais conhecido. Em todos os livros existe uma genealogia familiar herdada e mantida historicamente sem maiores rupturas. A condição real das personagens é exposta quando a derrocada econômica evidencia o processo degenerativo das famílias. O matrimônio e o patriarcado escravocrata são os pilares do sistema, cujo interior revela-se substancialmente vazio, mas amedrontador o bastante para dominar os corpos e os pensamentos.

¹ Professor Adjunto na Universidade Federal do Semi-Árido, *campus* Caraúbas. Doutor em estudos literários pela UFMG. <https://orcid.org/0000-0002-6436-8758>. E-mail: luiz.eduardo@ufersa.edu.br.

Registre-se de antemão que, sem tomar para si a fala do afrodescendente, a escrita corneliana não se furta de mostrar que o negro não é mais um ente do processo histórico esquecido pelo meio do caminho, ao contrário, ele é o *leitmotiv* da construção narrativa da nação, que se espelha por meio das intrincadas fraturas familiares.

É instigante o modo como o ficcionista emula o passado nas narrativas: por um lado não esconde o tom laudatório decorrente de sua origem abastada; por outro não cessa de destruí-lo – ou vê-lo destruído – a cada romance. Não custa lembrar que o Brasil vivido pelo escritor – nascido, como disse, na virada do século 19 para o 20 – é efervescente em diversos cenários: literário, com a promoção da Semana de Arte Moderna de 22 e o que se segue em matéria de transformações na literatura brasileira; político, com a passagem da República do Café com Leite à presidência de Vargas; econômico, com a derrocada do café e a emergência da industrialização; cultural, com a produção de estudos sociológicos fundamentais, criação das primeiras universidades, valorização de manifestações artísticas “populares” na música, na pintura, na dança.

Sobre este último aspecto, o cultural, a partir da década de 1930, as políticas culturais do Estado Novo se esforçam para a construção de uma nacionalidade triunfante que valorizasse a heterogeneidade oriunda das diversas manifestações de todas as regiões do país, a exemplo da capoeira e do samba, antes marginalizados, depois reconhecidos como patrimônio *sui generis* do país. Com o fortalecimento dessa autoimagem vitoriosa, o brasileiro formatado no século 20 nasce onde começa a mestiçagem.

A mistura deixou de ser desvantagem, como se viu na literatura do século 19 (a exemplo de *O cortiço*, de Aluísio Azevedo), para tornar-se elogio, mediante o apagamento da influência africana. O mestiço nasce como uma figura sem passado, mesmo carregando o fenótipo explicitamente “denunciador” da(s) origem(ns). Resta, portanto, o passado mais recente, vinculado, de um lado, ao regime escravocrata e, do outro, à glória dos senhores.

Não custa lembrar que após a abolição o corpo do ex-escravizado já não servia para o trabalho. O Estado brasileiro pratica o movimento biopolítico de seleção populacional mais explícito de sua história com a importação de mão de obra branca para os trabalhos que há pouco eram desempenhados pelos negros. Isso teve como objetivo modelar um tipo brasileiro adequado à nova realidade de país agora republicano, calcado na ordem e no progresso, e se distanciar das matrizes indígenas e africanas. Na certeza da mestiçagem, que obviamente ocorreria, coube aos sociólogos do início do século 20 exaltar a qualidade do mestiço, afinal de contas não havia como voltar atrás.

Destaque-se aqui a posição crítica de Eduardo Lourenço que, já na década de 1970, mesmo não utilizando o termo “biopolítico” nem se referindo diretamente à emigração de europeus para o Brasil, confronta a posição de Gilberto Freyre que exaltava uma quase metafísica do brasileiro original mestiço (Lourenço, 2014, p. 56).

Celebrar a mestiçagem como ponto de inflexão da formação da nação, como fizeram vários intérpretes do país, é, de algum modo, exaltar o processo biopolítico que os ideais europeus introduziram aqui selecionando os brasileiros de 1ª, 2ª 3ª ou nenhuma classe, divididos, sobretudo, pelos critérios da cor e origem. Depois a própria nação que surge no final do século 19 intensifica isso com a importação dos seus “novos brancos”.

A mestiçagem que ocorria de forma mais ou menos espontânea no início, depois se torna política de Estado. É como se a espontaneidade, sem se esquecer da violência entremeada, fosse capturada pelo dispositivo estatal, perdendo inclusive seu caráter “natural”. Então, quando os variados sociólogos exaltam a mestiçagem como base da nossa formação nacional, eles também estão rendendo louros à biopolítica europeia, ou, como argumenta Leyla Perrone-Moisés sobre os paradoxos da mestiçagem: “Um nacionalismo que reconhece e exalta a mestiçagem defronta-se com o problema da definição de limites na acolhida da alteridade. A mestiçagem, como ideologia, apresentou-se frequentemente como racismo disfarçado” (Perrone-Moisés, 2007, p. 44).

A imagem do “brasileiro original”, visivelmente afrodescendente, é ambígua. Entre o real e o simbólico da pele nem branca nem preta e do discurso vitorioso do colonizador, respectivamente, abre-se um limiar identitário substancialmente vazio pela impossibilidade de conformar a mescla cultural no autorretrato e na memória desse sujeito de passado artificialmente unilateral. Como afirma Sérgio Costa, “já não conta mais a afrodescendência, mas a pertença a uma nação de brasileiros que, se tudo der certo, seguirá o ‘programa civilizatório’ europeu” (Costa, 2013, p. 310).

Esse é o caso de Gilberto Freyre, que faz transparecer no âmago de sua obra a profusão de símbolos oriundos do contato entre figuras tão diversas no estrato social, como a mucama e o senhor de engenho, a casa-grande e a senzala, a sinhazinha e a lascívia do africano, o sagrado e o lúdico. Nesse ínterim, sobejam expressões mirando a sexualização da mulher negra, a “mulata fácil” (Freyre, 2003, p. 367-368), que amamentou as crianças brancas, enquanto os filhos dos senhores precocemente já se acostumavam com a ponta da faca, pois “deviam estar sempre prontos a enfrentar surpresas de índios e de animais selvagens” (Freyre, 2003, p. 462). Nesse sentido, a obra do sociólogo considera as diferenças na formação da

nação, entretanto conforma uma memória que unifica em um mito os três povos que violentamente se encontraram aqui.

Não fosse a distância geográfica e as culturas agrícolas de origem que os separam – cana-de-açúcar e café, respectivamente –, Freyre e Penna seriam comparáveis enquanto oriundos do mesmo grupo político-econômico. Todavia o tom dos discursos se diferencia, cada qual busca a gênese de uma nação fundada em um mito ainda informe à época. O pernambucano chegará a conclusões sobre os indígenas e os afrodescendentes impensáveis na obra do fluminense, como naturalizar certa inaptidão dos primeiros ao trabalho forçado e afirmar familiaridade dos africanos para o serviço braçal, assim como dizer que a vida tropical de África se realizaria definitivamente no Brasil (Freyre, 2003, p. 65), mas naturalmente como sujeito escravizado já ambientado ao clima. Por meio de uma argumentação estranha, Gilberto Freyre sugere a existência de um processo de aculturação dos portugueses devido à presença de africanos na Europa antes da vinda deles para cá.

Tomado esse pressuposto, concordo com a crítica de Eduardo Lourenço sobre as repetições de apologia e ressentimento ideológicos que atravancaram a reflexão de parte da historiografia brasileira – e portuguesa – acerca do mito do colonialismo. Assim sendo, felizmente a conformação ficcional de Cornélio Penna não é alcançada pela crítica de Eduardo Lourenço, quando este diz:

Não venham agora historiadores ou sociólogos brasileiros estimados e conhecidos, nem portugueses contentes com a sua caução de mau sociólogo, apresentar o Brasil como o *produto acabado* e uma espécie de paraíso do *multirracismo*. Se o Brasil atual é esse mosaico de raças de que tanto se ufana – necessidade é virtude – não o deve a nenhuma intenção de criar um estado plurirracial, mas à tão só e fatal obrigação de utilizar como mão de obra escrava essa raça sem a qual porventura não existiria (Lourenço, 2014, p. 57-58, grifos do autor).

Voltando a Cornélio Penna, o escritor não se furta ao acompanhamento dessas reflexões em seu projeto literário, resultando muitas vezes no espaço desconhecido entre o fazer e o pensar de um país em reforma e com um projeto desajustado de nação. A literatura de Cornélio Penna não promove uma caricatura do Brasil, ao contrário, procura discutir, sob o prisma da existência, questões maiores ligadas a diversas tensões presentes na nossa formação nacional. O tom memorialístico dos romances privilegia o meio social² e a origem cultural da

² O próprio autor, em entrevista a Lêdo Ivo (1958, p. LIV), discorre sobre a genealogia da família. O pai, Manuel Camilo de Oliveira Penna, nasceu em Itabira do Mato Dentro, Minas Gerais (hoje Itabira), na fazenda do Jirau (propriedade homônima à da família de Dodôte, em *Repouso*), onde depois sediou-se a mineradora Vale do Rio Doce. A mãe, Francisca de Paula Marcondes de Oliveira Penna, é natural de Sapucaia, Rio de Janeiro. Destaca o autor que a fazenda da família materna foi pioneira na plantação de café e na criação de zebu no país. Ambos se conheceram e se casaram em Paris, quando o pai cursava na Sorbonne uma especialização em Medicina, e a mãe

família do autor, contudo não tangencia as contradições inerentes às transformações ocorridas no país no período entre a segunda metade do século 19 e a primeira do século 20. Cabe informar que o tempo das narrativas de Penna vai do século 20 ao 19.

Com extensos recuos no tempo, as histórias parecem lidar com um passado imemorable, mas que, na verdade, constitui uma época forçada ao esquecimento, porque envergonha ou desvirtua a pretendida homogeneidade nacional. Esclareça-se, contudo, que o mencionado apagamento não depende de vontades individuais, mas de ajustes políticos e sociais orientados por grupos detentores de poder com privilégios diversos, sobretudo econômicos e discursivos.

Frustrar-se-á o leitor que se enveredar pela busca de denúncia focalizada, conforme se espera daqueles pensadores que tocam na parte mais abjeta da história nacional: a escravidão. Os livros de Penna realizam um corte transversal em vários paradoxos nacionais e demonstram a impossibilidade de transformar o presente sem redirecionar o passado, assim sendo não confunde memória com acúmulo nem vê a história como uma série de consequências.

Ao investigar os signos da nossa descendência o escritor oferecerá uma das interpretações mais acuradas da formação e fundação nacional, a qual contraria vertiginosamente a leitura de outros intérpretes da nação por conta do tom melancólico, e até pessimista, empenhado por Cornélio Penna. Ressalve-se, entretanto, que a adjetivação não se refere à figura do escritor, mas sim àquilo que se “des-cobre” acerca do quanto são impensados alguns meandros da história brasileira.

Como refletia no início dessa fala, a morte é o signo mais recorrente nos romances, seja ela consumada no corpo desfalecido (e são várias as personagens que morrem) ou na ruína que arrasta materialmente o sistema vigente para o fim. A morte expõe o vazio do núcleo de poder que gera, por um lado, a glorificação do soberano por meio de rituais e normas sem fundamento e, por outro, põe fim nas hierarquias políticas vigentes.

A reflexão promovida na obra corneliana abre um corte no tecido da colonização, uma vez que não aposta no conagração entre os povos, muito menos na promessa de transcendência. O mito em Penna é traduzido como morto desde o início, posição diametralmente oposta a estudiosos como Joaquim Nabuco, Gilberto Freyre, Paulo Prado e

havia se mudado para lá juntamente com a avó do escritor. Após o matrimônio, voltam para o Brasil e, depois de um período na capital do Império, mudam-se para Itabira, onde havia o plano de estabelecer uma clínica médica.

Sérgio Buarque de Holanda, como se o ficcionista escrevesse para denunciar a falácia do projeto nacional representado nos mencionados intérpretes.

As leituras mais recentes abandonam a presumida homogeneidade e propõem uma espécie de epistemologia brasileira que problematize o mito e sua sombra forçosamente pacificadora das estratificações, desigualdades, injustiças e desorganização social. Para Monica Grin, o mito da democracia racial brasileira reforça a miscigenação como valor na sociedade, cuja representação potencializa o que a estudiosa chama de “legado da excepcionalidade”, todavia “se desdobraria em ociosa positivação das ambiguidades entre os polos negro e branco da sociedade brasileira” (Grin, 2013, p. 325). O risco desse encaminhamento teórico ambíguo, quando não particularizado antecipadamente, é a própria indefinição epistemológica das questões nacionais frente às questões universais.

Raros foram os escritores brasileiros que se empenharam em ultrapassar essa limitação questionável entre o nacional e o universal. Aqui não será matéria de investigação, entretanto ressalve-se que a complexidade da nossa narrativa comum enquanto nação requer elaborações ainda insuperáveis no plano da realidade. A obra de Penna chama a atenção para esse lugar mal ajustado na memória brasileira, cuja prevalência no cotidiano se converte em violências praticadas originalmente na intimidade das casas. Numa apropriação das palavras de Boaventura de Sousa Santos, pode-se dizer que é preciso “descompor a cama onde as subjetividades dormem um sono injusto” (Santos, 2015, p. 338).

Observe-se que, ao contrário dos intérpretes já mencionados, Cornélio Penna retrata o cenário familiar sem o sobrepor ao cenário dos negros, ainda que estes sejam reduzidos pela própria figura de narrador branco. A vida íntima é desnudada com acidez e ironia sem oferecer perspectiva totalizadora da nação, talvez porque o autor compreendesse melhor não o dispositivo biopolítico, mas o seu alimento oriundo da dobra entre o histrionismo familiar e a economia escravocrata. Nunca mais se separarão na história, porque foram fundadas nesta terra. A escrita corneliana promove uma aproximação microscópica e identifica justamente esse problema de autorrepresentação e autoentendimento que oscila entre a assunção da barbárie e a urgência da civilização no discurso nacional. O autor não subverte os papéis, as personagens não transitam de uma esfera para a outra, porém se veem em agonia diante de um enredamento no qual todos estão sob ameaça.

Tomado esse pressuposto, pode-se afirmar que o problema da morte nas narrativas pode ser substituído pela “falta de futuro”. Há uma fratura entre a vida exterior, movimentada em torno da formação da nação, calcada nos ideais progressistas, e a vida íntima, potencialmente conflituosa e heterogênea das famílias que transferiram para a esfera pública seus métodos de

gestão familiar. No ensaio “O homem cordial”, Sérgio Buarque de Holanda, por exemplo, dirá que “a vida íntima do brasileiro nem é bastante coesa, nem bastante disciplinada, para envolver e dominar toda a sua personalidade, integrando-a, como peça consciente, no conjunto social” (Holanda, 2012, p. 59). Os quatro romances de Penna captam esse fragmento do cotidiano, cuja expansão demonstra as contradições do espelhamento havido entre as esferas pública e privada, e a exaustão dos afetos familiares retratados particularmente em cada núcleo apontará o destino da nação. Ainda segundo Holanda, dentre os circuitos que contribuíram para a formação da nação, a família foi aquela cuja impressão deixou mais marcas na sociedade brasileira. Como já foi discutido aqui quando tratamos do casamento, o espelhamento das práticas geradas no seio parental é criado no interior da vida doméstica e convertido em “laços de sangue e de coração”, chamados de “contatos primários” por Holanda. As relações parentais são artefatos que “sempre forneceram o modelo obrigatório de qualquer composição social entre nós” (Holanda, 2012, p. 52). A força desse paradigma sociocultural brasileiro é tão forte que gestos violentos, presentes desde os tempos da colônia, foram naturalizados e positivados como afetos marcadores da nossa identidade

Cornélio Penna seria um intérprete do Brasil não porque tentou resumir e dar sua versão da história, mas porque pensou a descontinuidade do tempo presente. Em geral, o passado foi estudado sob a lente de um futuro prometido, sem nunca ter se realizado, ao passo que Penna traduz, a partir do “lado de dentro”, os afetos e a memória em questões mais complexas da realização comunitária nacional – até alcançar o impensado da nossa história coletiva. Sem cunho laudatório ou reducionista, os quatro livros do autor se entremeiam pela malha das narrativas nacionais sem as emulações vulgarizadas do paraíso perdido construídas desde o romantismo.

A obra de Penna chama a atenção para esse lugar mal ajustado na memória brasileira, cuja prevalência no cotidiano se converte em violências praticadas originalmente na intimidade dos espaços (por isso que o leitor não vai encontrar cenas escatológicas de maus-tratos como acostumamos a ver em filmes e novelas).

O leitor de Penna logo percebe que todo início e fim dos livros está fadado à mesma condição emudecida, demonstrada pela circularidade sem redenção, como se todos estivessem presos àquela repetição melancólica. Não raro, temos a impressão de ler a mesma história durante os 4 livros. A escrita reticente pode ser entendida como a tensão entre o pensar e o impensar, o falar e o calar, que impedem a revelação da verdade sobre a história. A morte do indivíduo decorrente da escravização ou do casamento nos romances é o retrato mais

verossímil do futuro da nação (seja morte real ou metafórica – Maria Santa, Nico, Dodôte, A menina morta, Florêncio, Carlota).

Chama a atenção que em cada um dos romances o impensado seja exposto por alguma personagem negra. É comum vermos essas figuras atravessando as histórias nos momentos finais, como no caso da criada que entrega um diário ao narrador de *Fronteira*; os “avisos” de Didina Guerra em *Nico Horta*; as memórias de Chica no prenúncio do parto de Dodôte; e a revelação do mal pela boca de Dadade em *A menina morta*.

A interpretação do Brasil oferecida por Cornélio Penna demonstra como a traduzibilidade é capaz de amplificar narrativas “menores” atribuindo-lhes significados até então desconhecidos. Benjamin dirá que a traduzibilidade é inerente a certas obras, pois “um determinado significado inerente aos originais se exprime na sua traduzibilidade” (Benjamin, 2008, p. 68). Não é o caso de substituir o original, mas de suplementar essas vozes com novas texturas. E isso não é um processo necessariamente intencional, mas decorrente da própria tarefa de quem se propôs a reavivar um texto anterior.

De certo modo, as ausências que distinguem a tradução corneliana de outras interpretações demonstram a preocupação em não ficcionalizar (ou não tratar como uma performance) o gesto testemunhal das vidas matáveis. Isso é dito para ressaltar mais uma vez que a escravidão é a contingência incontornável no projeto literário de Penna, sem a qual se tornaria inverossímil seu regaste da memória pessoal e coletiva.

Se tomarmos a escrita da história em perspectiva, perceberemos que ela foi naturalizada para servir às conveniências da visão de mundo europeia, que invisibilizou o Oriente e inseriu o Novo Mundo na régua temporal do colonizador. Como diz o professor Ettore Finazzi-Agrò (2013, p. 17), é difícil contornar a dimensão colonizada americana cujo uso do “segundo” é quase imprescindível. Estudiosos como Joaquim Nabuco, Paulo Prado, Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda ofereceram a crítica da nossa complexa formação histórica, mas parecem ainda investidos de uma mentalidade romântica da expectativa-promessa recorrente de que esse país iria garantir cidadania a todos e todas, mesmo com suas “deformidades”. Na voz desses estudiosos, o par família e escravidão costuma se enlaçar em tons variados, seja de endividamento, ressentimento, conformidade ou perspectivismo.

A verdade é que naturalizamos a posição de colonizados à medida que escrevemos nossa narrativa sem rupturas integrais com a matriz, aquela que promoveu a violência civilizatória, pois nunca pensamos acerca dos dispositivos que facilitaram a criação de um léxico sabidamente “impuro” e preconceituosamente variado, que inseriu veladamente numa categoria tão específica, como a de *homo sacer*, figuras tão complexas e limiares como

negros, mulatos, mestiços, crioulos, indígenas, nativos, caboclos. A miscigenação foi convertida em figura positiva para esconder a malversação do projeto colonial português e a incapacidade de o projeto brasileiro se descolar da condição de colônia.

Consumações

Cornélio Penna em toda a sua obra demonstra que o problema do presente não é a origem estranha e violenta da nação, mas a manutenção dos instrumentos de poder que desde sempre segregaram a comunidade. Da mesma forma que Eduardo Lourenço diz: “a maior miséria do colonialismo é que ele coloniza os colonizadores. Nenhum povo foi vítima disso no grau em que o são os portugueses” (Lourenço, 2014, p. 31), podemos afirmar que a nossa maior miséria foi assumir o lugar vazio de colonizador – mas de dentro, de cá – mesmo após a independência política.

Ao contrário do que se poderia esperar, o suposto livre-arbítrio conquistado (ou negociado) garantiu a manutenção do mesmo circuito de afetos, cuja expressão comunitária era um verdadeiro processo de imunização coletiva. Em outras palavras, como argumenta Lourenço, “o que é natural e justo é tomar o facto dessa mestiçagem como positivo na medida em que ele testemunha, digamos, negativamente, pelo menos, contra toda a espécie de ‘segregação’” (Lourenço, 2014, p. 56).

O testemunho da ficção corneliana passa ao largo de apaziguamentos históricos, assim como de reforçar a visão elitista de outros pensadores – mesmo Cornélio Penna sendo oriundo dessa camada social. Ainda que haja tangenciamento por parte do autor sobre especificidades da representação dessas vidas matáveis nas histórias, nada sugere pacificação da memória.

Sem se descolar do tempo da escrita, a literatura do escritor fluminense se coaduna com a concepção de Lourenço, quando este argumenta: “O recurso à teoria do plurirracismo mostra bem que se trata de argumento de última hora, de tábua de salvação de afogados há muito na água da contradição histórica do colonialismo nacional” (Lourenço, 2014, p. 60). Certo é que, apesar das contradições inerentes aos afetos envolvidos, os romances estudados não são oferecidos como tábuas de salvação, muito menos se deixam molhar pela assunção impensada da mestiçagem em favor de uma imagem colonial positivada e imanente à nação.

REFERÊNCIAS

BENJAMIN, Walter. A tarefa-renúncia do tradutor. Trad. Susana Kampff Lages. In: BRANCO, Lucia Castello (org.). *A tarefa do tradutor, de Walter Benjamin*: quatro traduções para o português. Belo Horizonte: Fale/UFMG, 2008. p. 66-81. Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/site/e-livros/Tarefa%20do%20Tradutor,%20A%20%20de%20Walter%20Benjamin.pdf>. Acesso em: 31 ago. 2020.

COSTA, Sérgio. Da mestiçagem à diferença: nexos transnacionais da formação nacional no Brasil. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *O Brasil em dois tempos*: história, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 301-319.

FINAZZI-AGRÒ, Ettore. *Entretempos*: mapeando a história da cultura brasileira. São Paulo: Editora Unesp, 2013.

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala*: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48. ed. São Paulo: Global, 2003.

GRIN, Monica. Mito da excepcionalidade? O caso da nação miscigenada brasileira. In: DUTRA, Eliana de Freitas (org.). *O Brasil em dois tempos*: história, pensamento social e tempo presente. Belo Horizonte: Autêntica, 2013. p. 321-340.

HOLANDA, Sérgio Buarque. *O homem cordial*. São Paulo: Penguin Companhia das Letras, 2012.

LOURENÇO, Eduardo. *Do colonialismo como nosso impensado*. Lisboa: Gradiva, 2014.

NABUCO, Joaquim. O abolicionismo. In: SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. v. 1. p. 19-167.

PENNA, Cornélio. *A menina morta*. Rio de Janeiro: Artium, 1997.

PENNA, Cornélio. *Dois romances de Nico Horta*. Rio de Janeiro: Artium, 2000.

PENNA, Cornélio. *Fronteira*. Rio de Janeiro: Tecnoprint; Ouro, 1967.

PENNA, Cornélio. *Repouso*. Rio de Janeiro: Artium, 1998.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vira e mexe, nacionalismo*: paradoxos do nacionalismo literário. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

PRADO, Paulo. Retrato do Brasil: ensaio sobre a tristeza brasileira. In: SANTIAGO, Silviano (org.). *Intérpretes do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 2000. v. 2. p. 25-104.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Pela mão de Alice*: o social e o político na pós-modernidade. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2015.